



Conselho Regional
de Serviço Social / RJ

PRA^XIS

ANO IX - Nº 87 - JANEIRO/FEVEREIRO 2016



SERVIÇO SOCIAL
NO BRASIL

80
ANOS



**II Congresso de
Assistentes Sociais
do Estado do
Rio de Janeiro**

**Programação do
Mês de Maio
Páginas 8, 9 e 10**



História

Serviço Social e Assistência Social

Páginas 4 e 5

Instrumentos e técnicas

Sistematização da prática

Páginas 12 e 13

80 anos do Serviço Social no Brasil

Este ano comemoramos 80 anos da profissão de assistente Social no Brasil. Cabe recordar, como marco inaugural, a fundação da primeira Escola de Serviço Social em São Paulo em 1936, mas também lembrar que, de lá pra cá, muita coisa mudou em nossa sociedade, e, conseqüentemente, nas exigências que ela põe ao exercício profissional.

Já nas três décadas seguintes a seu surgimento no Brasil, na esteira do processo de internalização e generalização das relações sociais capitalistas no país, e, com elas, da instalação e do aprofundamento da contradição entre capital e trabalho, progrediu muito a institucionalização do Serviço Social. À fundação daquela primeira Escola na década de 1930, quando a profissão ainda se inscrevia em marcos confessionais e de tratamento moral às refrações da questão social, seguiram-se as de outros espaços de formação. Assim, em 1946 criou-se a Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (ABESS, atualmente ABEPSS). Nos anos 1950, promulgou-se a primeira Lei de Regulamentação (a Lei 3252/57), fundamental na definição do mercado de trabalho e, a partir daí, em sua expansão e consolidação. Já nos anos 1960, criaram-se – em 15 de maio de 1962, que veio a ser celebrado anualmente como o Dia da Assistente Social – os Conselhos Federal e Regionais de Assistentes Sociais (CFAS e CRAS), na origem do atual Conjunto CRESS-CRESS.

O golpe empresarial-militar de 1964

constituiu marco importante na modernização capitalista e na reconfiguração do Estado brasileiro. Esses processos, combinados ao arrocho dos salários e à retirada de direitos da classe trabalhadora – possibilitados pela repressão sistemática e violenta do movimento social que florescera entre as décadas de 1940 e 1960 –, produziram as condições para sua radicalização, e, com ela, para o amadurecimento político do Serviço Social. Fenômeno semelhante ocorreu em âmbito latino-americano, desembocando naquele que ficou conhecido como o Movimento de Reconceituação.

Foi a partir – e como consequência – desse amadurecimento político que ocorreu, em nosso país, o salto de qualidade na orientação de nossa profissão materializado no Congresso da Virada, em 1979. Realizado em São Paulo em pleno período de ascensão das lutas operárias no ABC paulista, aquele CBAS assinalou a entrada da categoria em uma nova etapa de sua história: ele marcou o início da hegemonia, no âmbito do Serviço Social brasileiro, da perspectiva da intenção de ruptura com a ordem burguesa, comprometida com as lutas da classe trabalhadora em direção a uma sociedade onde sejam superados “todos os processos de exploração, opressão e alienação”, como expresso em nosso Código de Ética Profissional de 1993. De lá pra cá, nossa categoria se inscreveu na luta social como um de seus segmentos mais engajados, forjando ao mesmo tempo um novo perfil profissional, comprometido com o aprofundamento da democracia, a conquista de direitos e a ampliação da cidadania.

Hoje, entretanto, a classe trabalhadora brasileira, e, com ela, nossa profissão, parece ter chegado a um impasse: temos eleições diretas regulares, são muitos os espaços de participação e do chamado “controle social”, há variados e, até certo ponto, influentes conselhos, conquistamos um importante conjunto de direitos... Mas isso não se materializou no avanço em direção àquela sociedade livre da exploração, da opressão e da alienação. Isso sugere certas perguntas, como: o que aconteceu entre nossas previsões e sua realização? Até que ponto a transformação sofrida por nossos instrumentos de luta tem a ver com a absorção de suas demandas pelo Estado capitalista? Por que as mesmas organizações que alavancaram por décadas as lutas da classe têm, em tempos recentes, contribuído para seu apassivamento?

As respostas estão, no momento, em aberto. Sabemos, entretanto, que a posição ético-política que caracterizou nossa categoria nas últimas décadas é marcada pelo movimento da história, e que mantê-la terá de passar, no cenário de profundas mudanças sociais que ora vivemos, por transformações que caberá a nós, em conjunto com os demais setores da classe trabalhadora, descobrir e operar.

PRAXIS NO FEMININO: No trabalho permanente de construir uma linguagem não discriminatória, os materiais do CRESS-RJ voltados à categoria usam o gênero feminino para se referir a profissionais e estudantes de Serviço Social.



CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL 7ª REGIÃO - Nº 86 - Novembro/Dezembro 2015

Rua México, 41, grupos 1203-1205 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20031-144

Telefax: (21) 3147-8787 - e-mail: diretoria@cressrj.org.br

www.cressrj.org.br

Presidente: Rodrigo Silva Lima

Vice-presidente: Denise Nicacio Pereira

1º Secretário: Carlos Felipe Nunes Moreira

2º Secretária: Márcia Denise de Canena

1ª Tesoureira: Carolina Cruz da Silva

2ª Tesoureira: Mônica Simone Pereira Oliveira

Conselho Fiscal: Vanessa Bezerra de Souza, Christiane dos Passos Guimarães, Nelson Félix Lima Neto

Suplentes: Charles Toniolo, Eliane Santos de Assis, Glicia Nick de Oliveira, Sílvia Dabdad Calache Distler, Maria de Fátima Alves Canazaro Vasconcellos, Moara Paiva Zanetti, Vera Sodré de Araújo, Débora Rodrigues de Araújo, Carla Maria Diniz Fernandez

Comissão de Comunicação e Cultura: Carlos Felipe Nunes Moreira, Rodrigo Silva Lima, Nelson Félix Lima Neto, Carla Maria Diniz Fernandes, Sílvia Dabdad Calache Distler, Moara Paiva Zanetti, Caio Martins, Victor Neves, Célio Albuquerque, Rafael Lopes

Seccional Campos dos Goytacazes

Rua 21 de Abril, 272, s.311 - CEP 28010-170 – Centro – Telefax: (22) 2723-9464

Coordenadora: Liliâne Cardoso d'Almeida

Secretário: Jonis M. S. Felipe

Tesoureira: Eliana Ferez

Suplentes: Cristiano Correa Pessanha; Fernanda de Oliveira Monteiro; Natália Meritello

Seccional Sul Fluminense – Volta Redonda

R. Gen. Osvaldo Pinto da Veiga, 350, salas 1001 a 1003 – Pontual Shopping – CEP 27261-050

Telefax: (24) 3342-6886

Coordenadora: Suellen das Chagas Bitencourt

Tesoureira: Paula Almeida Pereira

Secretária: Débora Tavares Rodrigues

Suplentes: Natália Reis de Oliveira, Fabioli Salvador da Costa, Cristiane dos Santos Alves

Jornalistas responsáveis: Célio Albuquerque (MTB/RJ 15751) e Rafael Lopes (SRTE/RJ 33988)

Estagiária de comunicação: Carolina Rodrigues

Projeto gráfico, diagramação e ilustrações: Carlos D

Impressão: Gráfica Colorset – **Tiragem:** 17.000 exemplares - **Data de impressão:** 21/03/2016



Notas Históricas

Nesta edição especial, as notas desta seção são trechos de publicações que fazem parte da história do Serviço Social brasileiro. História recente, mas que merece destaque!

Identidade profissional

A Câmara de Deputados aprovou no dia 19 de setembro, projeto do Deputado Navarro Vieira, da ARENA-MG, declarando válida em todo o território nacional, a carteira emitida por órgãos controladores do exercício profissional criados por lei federal. As carteiras de identidade profissional, segundo o projeto, terão validade como identidade para qualquer efeito.

Embora a legislação que criou os conselhos federal e regionais de Assistentes Sociais já enquadre na orientação do projeto do deputado mineiro a nossa carteira de identidade profissional, o novo diploma dará um reforço à sua validade como documento de identidade.

Boletim Informativo do CRAS nº 23, novembro de 1974

Boletim Informativo do CRAS nº 6, pág. 8, agosto setembro de 91

QUEREM PRIVATIZAR A ASSISTÊNCIA

LEI ORGANICA DA ASSISTENCIA SOCIAL

Entidades e representantes sociedade civil, preocupados com a questão da assistência social, vêm se mobilizando no sentido de acompanhar as propostas de regulamentação da lei orgânica de assistência social no congresso. A ideia é desencadear um amplo processo de discussão do tema, na tentativa de esclarecer que a assistência social não é "BENEFÍCIO", mas direito de cidadania a ser regulamentada com urgência.

"Esta é uma política governamental fundamental no enfrentamento da pobreza."

A comissão em defesa da regulamentação da assistência social promoverá um fórum estadual no dia 09 de setembro, às 9 horas, no auditório do IPERJ - Avenida Presidente Vargas nº 670.

AS defendem exercício regulamentado da profissão

A reunião apresentada na Assembleia Nacional Constituinte que defende o fim do diploma para o exercício das profissões de Assistentes Sociais, juristas e sociólogos não foi aprovada. A Comissão de Sistematização, através do lobby da classe empresarial com respaldo da grande imprensa. A questão deverá reanalisar no decorrer dos trabalhos no plenário a favor da votação final da Constituição, porém, toda indica que terá renúncia à legislação ordinária.

Profissionais regulamentados neste passado recente, além de outros interesses da classe patronal, que visam evitar a possibilidade de desqualificação profissional e a consequente desvalorização salarial, atingindo em última análise a saúde econômica. Entretanto, a aprovação desta emenda fere gravemente as condições remuneratórias destas categorias. Assim como a garantia para Brasília para tentar impedir que a situação se concretize.

Ninguém duvida que os rumos da constituinte estão sendo guiados pelas vontades da direita. O cenário - entretanto - superpartidário da direita - ganhou a primazia longe de alguma coisa as progressistas e mais avançadas propostas para abrir espaço para o debate sobre a regulamentação profissional.

Político por natureza, o fim do diploma, não encontra eco junto as categorias associadas, que compreendem a baixa qualidade do ensino universitário, não viam a extinção de sua obrigação e solução para o problema. O que eles defendem para melhoria do nível de formação profissional, entretanto, é uma maior preocupação em elevar o nível de ensino e possibilitar que os alunos façam estágio no mercado de trabalho, inserindo, desta forma, em mão de obra melhor qualificada.

Contudo, a mesma categoria, assim como as outras diretamente atingidas são a favor da constituição de profissionais, estavam insistentemente condenados ao exílio no mercado de trabalho, caso contrário, estaria fustigado o desemprego a rates trabalhadores. Seria deturpado um processo histórico de substituição de mão de obra, que redundaria em demandas em massa, atingindo assim a constituição de profissionais.

Jornal do CRAS nº 1, dezembro de 1987

A ABESS e a formação profissional

Durante muitos anos, apenas os diretores das escolas participavam das Convenções da ABESS (Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social), cuja preocupação sempre foi a formação profissional e os currículos de Serviço Social. Com esta intenção, a entidade foi fundada, em 1946, como Associação de Escolas de Serviço Social.

No final da década de 70, ainda fazendo parte do movimento de reconceitualização, cuja direção social é a transformação social, começa o processo de democratização da ABESS. Já então, não apenas diretores, mas professores de Unidades de Ensino faziam parte das Convenções. Nesta época, os alunos de Serviço Social, no bojo do movimento estudantil, conquistam representação nacional e regional em ABESS. Começa a luta de supervisores para esta participação.

Na década de 80, supervisores conquistam espaço na ABESS, embora fique indefinido quem seja "este" supervisor. É o professor de prática das Unidades de Ensino? É o assistente social das instituições campo-de-estágio?

Na atual gestão (83/85), a ABESS se encontra com uma Presidente e tantos Vice-Presidentes quantos Regionais. Além das representações de professores, alunos e supervisores tanto a nível nacional como regional. A Regional Leste da ABESS compreende os Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo, estando filiado as seguintes unidades de ensino que indicam os representantes citados e atualmente eleitos por seus pares: UERJ, UFRJ, UFF, UFES, Escola de Serviço Social do Rio de Janeiro, a UFF participa com os departamentos de Niterói e Campos.

Não tendo sede própria, a ABESS - Regional Leste atualmente se situa na ESS/UFRJ, mas tem realizado reuniões semanais, às 6ªs feiras, na sede do CRAS, sempre de 14 às 17 horas.

Companheiro, informe-se mais sobre a ABESS. Participe de suas comissões de apoio comparecendo às reuniões às 6ªs feiras e inscrevendo-se no Encontro de Supervisores de outubro próximo.

Jornal do CRAS, setembro de 1984

A história do Serviço Social no Facebook do Cress

Na intenção de comemorar coletivamente os 80 anos do Serviço Social no país, o CRESS-RJ criou um álbum na sua página do Facebook. Além de matérias, fotos históricas e capas antigas dos nossos informativos, o álbum vem contando com a participação da categoria, com fotos de turmas de formandos, equipes de assistentes sociais ou eventos. Quem quiser participar deve enviar fotos, devidamente identificadas (com ano, período, local etc) para o e-mail: cressrj.rj@gmail.com





O Serviço Social na Assistência

Ao longo da história do Serviço Social, diversas batalhas foram travadas em torno da concepção profissional. As raízes confessionais, no início do século XX, perderam o protagonismo e o encontro com a teoria marxista deu a guinada nas reflexões e na orientação da intervenção na realidade.

A transformação, do caráter assistencialista de uma profissão inicialmente centrada sobre a caridade, em direção à concepção da assistência social como direito social revela o embate das principais transformações ocorridas no campo do Serviço Social.

A história profissional da conselheira do CRESS-RJ, Sílvia Dabdab, graduada em 1975, revela as correntes em disputa durante esse período nas nuances dos espaços sócio ocupacionais. Recém-formada, Sílvia ingressou no Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), nos Centros Sociais. À época, os centros ofereciam cursos profissionalizantes, pré-escola, assistência ao idoso e a "excepcionais" (hoje: pessoas com deficiência). Com o fim das atividades, em 1978, as assistentes sociais concursadas do INPS foram cedidas à Legião Brasileira de Assistência (LBA).

Inicialmente a LBA tinha como objetivo auxiliar as famílias dos soldados enviados à Segunda Guerra Mundial. Fundada em 1942, na Era Vargas, a instituição era presidida pela então primeira-dama Darcy Vargas. Até o golpe empresarial-militar de 1964, a instituição era conduzida por senhoras das elites da sociedade.

"A assistência social era vista como um favor e não como um direito. Nós entramos com uma visão diferente na instituição, mas ao mesmo tempo não teoricamente tão embasadas. Foi lançado o livro da Marilda e do Raul de Carvalho (Relações Sociais e Serviço Social no Brasil), em 82, e nós conseguimos um espaço para estudar, porque a nossa formação teórica de fato era muito frágil. Nós pegamos um momento de transição entre o conservadorismo e uma nova proposta para o Serviço Social. Uma vez uma amiga me disse 'Sílvia, você se proletarizou'. Quer



dizer, nós começamos a nos entender como classe trabalhadora. Participávamos tanto do trabalho institucional quanto do sindicato dos assistentes sociais. Fazíamos movimentação dentro e fora da instituição", relembra Sílvia.

Em pleno período dos anos de chumbo, continua Sílvia, o Serviço Social brasileiro passava por tensões dentro do próprio campo profissional. Existiam profissionais conservadoras que atuavam de modo diferente da forma que passava a disputar a hegemonia. A luta interna era constante.

"Optamos por ficar na LBA, ainda sabendo que era uma instituição clientelista, paternalista e que tinha o trabalho de voluntários. Nós resolvemos ficar, nos juntar e tentar modificar a instituição. Nós sempre nos articulávamos e tentávamos permanecer juntas. Tudo era um trabalho coletivo, fazíamos reuniões entre nós e fomos conquistando alguns

adeptos e fazendo oposição a uma série de coisas: favorecimento, atendimento a pedidos políticos etc", relembra.

Tensões políticas

"Teve uma época que fui convidada para ser coordenadora de um centro da LBA. Não fiquei quatro meses. Existia um programa de leite e uma fila enorme só de mulheres para buscar o benefício. Muitas não trabalhavam, não tinham pensão, criavam os filhos sozinhas. Certa vez percebi que um funcionário do local sempre ia buscar vários sacos de leite. Uma vez o chamei para saber o porquê e ele disse que era para não buscar leite na padaria de manhã cedo... Existiam muitos funcionários 'fantasmas'. Aí você falava com a chefia e não adiantava nada. Era um desafio, pois eu queria conhecer esse outro lado da instituição

Social



e quatro meses foram suficientes para eu ver que não fazia parte desse grupo. Nós, como trabalhadores, questionávamos muito essa forma de condução. Não era um atendimento para todos”, narra Sílvia.

Disputas pela efetivação

No início da década de 1980, com o enfraquecimento da ditadura, a militância no sindicato de assistentes sociais e a organização política à esquerda deram o mote da condução na luta por uma política de assistência social que não ficasse puramente à mercê de interesses estranhos ao projeto ético-político que então começava a se desenhar em nossa profissão. As modificações na sociedade brasileira foram o terreno para as transformações ocorridas no cenário profissional. No decorrer deste processo, em

1986, o Serviço Social aprova a reformulação de seu Código de Ética. O novo documento foi resultado da inserção da categoria nas lutas da classe trabalhadora que voltavam a emergir no país como enfrentamento à política ditatorial. Em 1993, ele foi outra vez reformulado, vigente até hoje. Para Sílvia, as mudanças na profissão através destes processos e documentos unificou ainda mais a luta por uma concepção da assistência social como direito.

“Particpei do sindicato até 1986. Nesse período, a assistência social congregava um número muito grande de profissionais. Tínhamos uma força política muito grande. Participamos ativamente da construção da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), junto com o pessoal da academia. Na constituição de 1988, a assistência foi alçada à condição de política pública, constituindo a Seguridade Social. A LOAS foi sancionada em 1993, mas foi conquistada a partir de um movimento de luta articulado nacionalmente, desde o final da década de 1980. Os protagonistas principais dessa história foram os trabalhadores da área da assistência e a organizações da sociedade civil”, narra.



“A assistência social era vista como um favor e não como um direito”

Lei Orgânica da Assistência Social

“A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas”, afirma o artigo primeiro da LOAS, de 7 de dezembro de 1993.

Ainda de acordo com Sílvia, com a implementação da LOAS a assistência social passa a ser oficializada como um direito social. “A mudança foi grande nesse período”. Atualmente a assistência mudou tanto pela lei quanto pelos programas, dentro das limitações de uma sociedade capitalista. “É como tapar o sol com a peneira, mas dentro da sociedade em que a gente vive ela tem sua importância”, analisa.

“Fora a questão da própria organização de parte da sociedade que pressiona o poder público por direitos, hoje existe mais recurso. Na LBA o recurso era quando queriam, existia programa de voluntariado, dependíamos de doações, não existia aquela verba destinada como existe hoje. Agora podemos falar em direito das pessoas com deficiência, dos idosos e uma série de outros programas que passam a ser constituídos como direito e não favor político. A assistência social, assim como todas as políticas sociais, é caracterizada por contradições. Se observamos avanços em relação ao passado distante, isso está longe de significar que a assistência social está isenta hoje de duras críticas”, pontua.



A Comissão de Orientação e Fis

As transformações ocorridas na sociedade brasileira, na década de 1980, favorecidas pela retomada dos movimentos sociais, efervescência do movimento sindical combativo e classista, e a renovação do Serviço Social no Brasil favoreceram mudanças importantes no Conjunto CFESS/ CRESS, com consequências diretas na orientação e fiscalização profissional.

Até o início nos anos de 1990, apenas uma Resolução do CFAS (hoje CFESS) regulamentava as Comissões de Fiscalização, mas este era um instrumento legal que não assegurava estratégias políticas e jurídicas coletivas que pudessem padronizar nacionalmente uma das funções precípua dos Conselhos. É somente em 1999 que teremos a primeira Política Nacional de Fiscalização (PNF). Mas de acordo com a assistente social e agente fiscal Nizia Maria Vieira, o que possibilitou a consolidação da fiscalização no CRESS-RJ (na época CRAS), foi o resultado das eleições de 1984 para a gestão do CRESS, que culminou na criação da Comissão de Fiscalização.

A chapa vencedora era de uma diretoria basicamente composta por assistentes sociais oriundas do movimento sindical. De certa forma, relata Nizia, essa nova gestão rompeu com o ranço cartorial e burocrático que caracterizava o CRESS-RJ, algo muito presente em gestões anteriores. O CRESS deixa também de ter uma atuação meramente punitiva ampliando suas ações para um viés pedagógico e buscando estratégias democráticas com vistas a aproximar o Conselho da categoria. Dando ainda visibilidade à sua atuação, procurando fortalecer a entidade como um espaço de debate do exercício profissional e promovendo a defesa, valorização e fortalecimento da profissão. Ainda de acordo com Nizia, a gestão tinha mais dois importantes eixos de sua política de democratização: participação da categoria nas decisões do Conselho e conceber uma fiscalização profissional articulada às lutas gerais da sociedade.

Jeton

Ao tomar posse, uma das primeiras medidas da diretoria foi abrir mão do



Arlene Trindade



Fátima Valentim



Elias Azevedo

As reuniões realizadas com assistentes sociais, que na época a diretoria denominava de 'abertas', também serviam como um meio de conhecermos as instituições onde a categoria se inseria.

"jeton", subsídio remuneratório dado aos diretores de conselhos profissionais que participam de suas atividades. Essa decisão criou a possibilidade das ações do CRESS-RJ ganharem novos rumos, já que permitiu a concentração de um aporte financeiro para, entre outras medidas, a contratação de agentes fiscais.

Com isso, em 1984, por meio de seleção, foram abertas três vagas para agentes fiscais comporem a Comissão. As assistentes sociais Nizia Vieira, Giselle Monnerat e Eliane Ministro se juntaram a mais dois diretores conselheiros da sede, um conselheiro da seccional Niterói (atualmente já extinta) e um da seccional de Campos.

"Apesar da função precípua de um conselho profissional ser a fiscalização profissional, por incrível que pareça não havia no CRESS-

RJ nenhum trabalho voltado para este fim antes de 1984. Formada a COFI (Comissão de Orientação e Fiscalização), nós começamos a nos munir do que existia do ponto de vista normativo da profissão, e logo constatamos a fragilidade desses aparatos legais para o enfrentamento dos desafios que já se punham para a fiscalização. Não havia nenhuma estrutura ou registros sobre o exercício da fiscalização no CRESS-RJ. Começamos do zero. Sendo assim, percebemos que era fundamental se apropriar das particularidades da profissão no estado, com vistas ainda a subsidiar a categoria quanto ao conhecimento de sua própria realidade profissional. Mas como conhecê-la se não havia nenhum sistema cadastral no CRESS que informasse as instituições que empregavam as profissionais no estado? Diante deste quadro iniciamos um

Fiscalização na história do Cress-RJ

projeto profissional sem termos um panorama da inserção da categoria nos diversos espaços sócio ocupacionais”, relembra Nizia.

Fiscalização institucional

Com esse desafio posto, a COFI propôs dentre suas ações uma metodologia de visitas denominadas de “fiscalização institucional”, atualmente conhecida como “visitas programadas”. Com elas se tornou possível traçar um sólido perfil profissional. Identificou-se assim, naquela época, alguns campos onde havia grande contingente de profissionais: saúde, assistência social, empresa, promoção social, menor (hoje criança e adolescente), sistema penitenciário, habitação e ONG.

“As reuniões realizadas com assistentes sociais, que na época a diretoria denominava de ‘abertas’, também serviam como um meio de conhecermos as instituições onde a categoria se inseria. A partir de todas as informações colhidas fomos organizando esse levantamento, estabelecemos um retrato inicial da categoria para, então, operacionalizar uma proposta de fiscalização. E para tanto, precisávamos também entender como assistentes sociais exerciam suas competências e atribuições”, afirma a agente fiscal.

É importante sinalizar que, em 1984, o Serviço Social ainda estava regulamentado pela primeira lei da profissão, aprovada em 1957. Uma lei que, em vez de subsidiar a fiscalização, criava entraves devido fundamentalmente a sua restrição no que tange a descrição das competências profissionais. Outro debate à época da criação da COFI no estado era sobre o pagamento das anuidades ao CRESS. Embora seja um tributo obrigatório, as agentes fiscais perceberam que a categoria não tinha ideia de como esse recurso era utilizado.

“Começamos a fazer uma reflexão junto à categoria nas visitas sobre qual era o objetivo do ainda então CRAS. Foi criada uma campanha financeira, sem caráter repressivo, tendo como principal objetivo a importância do Conselho, evidenciando o sentido político da arrecadação institucional”, diz Nizia e acrescenta: “Um movimento muito importante da década de 1980 foi a discussão da nova Lei de Regulamentação da profissão, aprovada em 1993”.

O papel do agente fiscal tem sido fundamental para a consolidação da Política Nacional de Fiscalização (PNF) nesses 32 anos. Os avanços nessa trajetória traz consigo novos e atuais desafios, como a ampliação do quadro de profissionais na COFI, a questão das condições éticas e técnicas do seu trabalho, como articular de forma efetivamente democrática a dimensão da fiscalização com a da orientação e a importância de se explorar, cada vez mais, o espaço da Comissão como lócus de produção de conhecimento e aprendizado para estudantes.

Agentes fiscais desta trajetória:

Giselle Monnerat, Eliane Ministro, Angela Lima, Maria Helena Tavares, Fátima Rangel

Em exercício:

Fátima Valentim, Elias Azevedo, Nizia Vieira, Marenilse Saturnino, Aline Miranda, Rhossane Pereira, Arlene Trindade



Nizia Vieira



Marenilse Saturnino



Aline Miranda



Rhossane Pereira

Percebemos que era fundamental se apropriar das particularidades da profissão no estado

Mês da Assistente Social

História da profissão e lutas sociais no centro dos debates

E assim se passaram os anos... Exatos 80 anos! Em 2016, as atividades do CRESS-RJ durante o Mês de Maio terão como foco essas oito décadas do Serviço Social no Brasil.

O principal evento é o II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro, que será realizado de 11 a 13 de maio. Temas como lutas sociais e o próprio histórico da profissão serão abordados no Congresso. Além disso, teremos seminários nas regiões das seccionais de Campos e de Volta Redonda. Durante todo o mês minicursos e oficinas acontecerão em diversos municípios.

No Congresso também será lançada a nona edição do "Prêmio Visibilidade das Políticas Sociais e do Serviço Social" que visa premiar trabalhos de comunicação e áreas afins, bem como experiências profissionais de assistentes sociais, que contribuam para uma visibilidade do que sejam políticas sociais e Serviço Social na perspectiva defendida pelo Conjunto CFESS/CRESS.

Como se inscrever

As inscrições deverão ser realizadas pelo site:
eventoscressrj.org.br

A inscrição para o Congresso custará R\$ 40,00. Para os minicursos e oficinas o valor é R\$ 15,00. Quem se inscreve tem 72 horas úteis para efetuar o pagamento, ou a vaga é automaticamente cancelada e aberta para novas pessoas interessadas. Os seminários estaduais são gratuitos. Cada minicurso terá 50 vagas (10% para estudantes) e oficinas 20.

Serão disponibilizados certificados com a carga horária de participação em todos os eventos.



PROGRAMAÇÃO DO CONGRESSO

LOCAL: Inst. Superior de Educação do Rio de Janeiro (ISERJ) - R. Mariz e Barros, 273, Pça da Bandeira

11 de Maio		12 de Maio		13 de Maio	
13h	Credenciamento	9h	Apresentação de trabalhos	9h	Apresentação de trabalhos
16h	Abertura: CRESS, CFESS, ENESSO, ABEPSS e outras entidades convidadas	14h	Apresentação de trabalhos	14h	Apresentação de trabalhos
17h	Lançamento do 9º Prêmio Visibilidade das Políticas Sociais e do Serviço Social	18h	Confraternização	18h	Mesa: "80 anos do Serviço Social no Brasil" • Maria Inês de Souza Bravo • Hilda Corrêa • Eliane Assis
18h	Mesa: "Lutas sociais e Serviço Social" • Marcelo Badaró • Marcelo Braz			21h	Atividade cultural

SEMINÁRIOS ESTADUAIS

Data	Local	Horário	Tema e Palestrantes	Professores(as)
06/05	Volta Redonda	14h	Serviço Social e Trabalho com famílias	Mauro Iasi e Glícia Nick Oliveira
20/05	Campos	14h	Serviço Social, trabalho e organização política	Eblin Farage e Carlos Antônio Moraes

MINICURSOS

RIO DE JANEIRO - Sede do CRESS: Rua México, 41 / 12º Andar – 17h

Data	Código	Horário	Tema	Professor(a)
03/05	01	17h	Processo de trabalho e Serviço Social	Inez Stampa
16/05	02	17h	Serviço Social e sigilo profissional	Charles Toniolo
21/05	03	14h	Serviço Social e direitos humanos	Jefferson Lee
30/05	04	17h	Racismo e exercício profissional	Roseli Rocha

OFICINAS

RIO DE JANEIRO - 14h

Data	Código	Tema	Professor(a)	Local
18/05	05	Exercício profissional de assistentes sociais em empresa	Aline Possa	Sede do CRESS-RJ: R. México, 41, 12º andar
25/05	06	Serviço Social em entidades de acolhimento de crianças e adolescentes	Rodrigo Lima e Marenilse Saturnino	Defensoria Pública-RJ: Av. Mal. Câmara, 314, Centro
31/05	07	A inserção do Serviço Social em cuidados paliativos oncológicos	Dolores Fonseca, Lillian Joyce Souza e Renata Rocha	Hospital do Câncer IV: R. Visconde de Santa Isabel, 274, Vila Isabel

Outros municípios - 14h

Data	Código	Tema	Professor(a)	Núcleo / Local
04/05	08	Exercício profissional e desafios para o futuro	Carmelita Yazbek	Josy Ramos / Cabo Frio
05/05	09	Ética profissional, laudos e pareceres	Aparecida Evangelista	Maria Conga / Niterói (ou São Gonçalo)
17/05	10	Serviço Social, família e trabalho com grupos	Felipe Moreira	Arco Verde / Itaguaí
19/05	11	Desafios da inserção do Serviço Social na política de educação	Simone Lessa	Esterlina Ramos / Petrópolis
24/05	12	Política habitacional, trabalho social e a atuação de assistentes sociais	Nelson Felix	Serra em Movimento / Magé

SECCIONAIS

CAMPOS DOS GOYTACAZES

Sede: R. 21 de Abril, 272 / Sl. 311, Centro - 14h

Data	Código	Tema	Professor(a)
05/05	13	MINICURSO: As transformações no processo de trabalho e os desafios do serviço social	Haidée Rodrigues
30/05	14	OFICINA: Serviço Social e medidas socioeducativas: uma interface entre o SUAS e a política da criança e do adolescente	Fernanda Monteiro

Outros locais - 14h

Data	Código	Tema	Professor(a)	Local
03/05	15	Exercício profissional e instrumentalidade	Fátima Grave	Macaé
23/05	16	Instrumentos, técnicas da profissão e sigilo profissional	Adriana Medalha	São Fidélis
31/05	17	Instrumentos, técnicas e autonomia profissional	Felipe Moreira	Itaperuna

VOLTA REDONDA

Sede: Rua 25-A, 23, Sala 619, Ed. CBS, Vila Santa Cecília - 17h

Data	Código	Tema	Professor(a)
01/06	18	MINICURSO: O Serviço Social na saúde: desafios da Seguridade Social	Mônica Olivar
16/05	19	OFICINA: Serviço Social em empresa	Marcia Botão

Outros locais

Data	Código	Horário	Tema	Professor(a)	Local
02/05	20	14h	Seguridade Social e os desafios da previdência social	Marinete Cordeiro	Angra dos Reis
18/05	21	17h	Sistematização do trabalho profissional	Ney Almeida	Vassouras
24/05	22	17h	Exercício profissional e Serviço Social	Melissa Botelho	Resende

Atenção: informações sujeitas a alterações

Seccionais



Volta Redonda

Década de 1980 e um novo horizonte para a profissão na região

“No início da década de 1980 éramos poucas profissionais de Serviço Social na região sul fluminense. Entretanto, havia algum tipo de articulação política no ar”, afirma a assistente social Vera Regina do Carmo Mendonça. Naquele período, existia um grupo de estudo que se reunia periodicamente para debater os assuntos pertinentes à profissão. Faziam parte deste grupo profissionais da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), do SESI, do Sistema Autônomo de Água e Esgoto (SAAE), da prefeitura municipal de Volta Redonda, da Fundação Beatriz Gama e de algumas empresas localizadas em Resende.

Por outro lado, novas profissionais vieram para a região e algumas com histórico de participação nos órgãos de defesa da categoria, como o CRESS, Sindicato dos Assistentes Sociais (SASERJ) e alguma inserção na Associação Nacional dos Assistentes Sociais (ANAS), que estava sendo criada. Nesta época já tinha sido

observado o exercício ilegal da profissão em uma instituição filantrópica da região. O Conselho foi oficialmente à Volta Redonda para realizar a fiscalização. A ação foi um alento e uma motivação para profissionais de Serviço Social que passaram a discutir a necessidade de se fortalecerem e terem um órgão de representação local da categoria. Após alguns encontros e discussões, o CRESS concordou com a proposta de abrir a seccional.

Como recorda Vera Regina Mendonça, as primeiras articulações para o estabelecimento de uma seccional na região ocorreram em 1983 e a inauguração se deu um ano depois. Vera, que tem registro profissional n.5687, participou ativamente desse processo.

Houve consenso na organização da primeira chapa e as profissionais que a formaram se comprometeram em disponibilizar tempo para idas ao Rio, para as reuniões no CRESS, no CFESS, entre outras, além de manter regularidade nas reuniões que ocorriam no município. A primeira sede estava localizada na rua 25-A, n.23, sala 802,

no Edifício CBS. As reuniões ocorriam à noite. Eventualmente eram realizadas reuniões em outro município para atrair novos participantes e divulgar o trabalho. Uma construção lenta, mas que tinha como objetivo sedimentar a presença do Conselho na região.

O impacto foi importante. “Tínhamos participação ativa junto aos movimentos sociais que, naquela época, eram muito atuantes em Volta Redonda. Na ocasião, conseguimos ampliar o quadro de assistentes sociais em várias instituições, além de exigir da prefeitura municipal, junto com outras categorias profissionais, a realização de concurso público, bem como a extinção do cargo de ‘auxiliar social’ por entendermos que não era uma profissão regulamentada. De lá pra cá continuamos na luta, na intenção de fazer parte da história das assistentes sociais da região, valorizando sua atuação”, lembra Vera Regina.



Campos dos Goytacazes

Um caminhar de conquistas

Registro número cinco do Conselho Regional de Serviço Social do Rio de Janeiro, a história profissional de Conceição Muniz tem muito a ver com a história do Serviço Social e com o início das atividades do CRESS na região.

Formada em 1959, na UFF-Niterói, no mesmo ano passou a trabalhar no Serviço Social da Indústria (SESI), coordenando o campo educacional voltado à formação dos trabalhadores e junto à creche da instituição. Na ocasião conheceu a também assistente social Eloisa Monteiro Paixão, que havia sido coordenadora do SESI.

Em 1962, Eloisa Paixão e Conceição Muniz foram contactadas pela professora Violeta, da Escola de Serviço Social situada no município de Niterói, que propôs a implantação dessa Escola também em Campos dos Goytacazes. Segundo Conceição, a Escola iniciou suas primeiras ações em um porão das instalações físicas da delegacia Norte-fluminense de Educação. “Foi preciso muita coragem e

entusiasmo para que pudéssemos realizar esse sonho que hoje está aí crescendo cada vez mais no município e formando profissionais por toda a região”, diz ela.

A primeira turma se graduou em 1965. Turma em que Terezinha Abud e Hélia Barcelos de Souza participaram. As duas se envolveram, aproximadamente dez anos depois, no primeiro movimento que deu origem à implantação do CRESS na região. Tal iniciativa foi provocada mediante a necessidade de registrar assistentes sociais que já se encontravam em exercício no município. “Mas a necessidade de implantação do CRESS aqui vai na direção do reconhecimento da profissão e da ampliação dos espaços de atuação profissional”, relata Conceição.

A Seccional de Campos dos Goytacazes iniciou oficialmente suas atividades em 1982, quando realizou a primeira assembleia convocada pelo CRESS (que à época ainda se chamava “CRAS”), em 26 de novembro. Segundo registros, essa assembleia teve como objetivo eleger assistentes sociais que



Conceição Muniz na festa dos 50 anos do CRESS-RJ

estariam na direção da entidade. Houve duas chapas inscritas e a presença de trinta e sete assistentes sociais, que votaram na assembleia e escolheram a primeira diretoria da Seccional (que naquele período ainda era chamada de “delegacia seccional”).

No decorrer das últimas décadas, ao longo das diferentes gestões, diversos avanços foram conquistados na região. Na gestão 2011-2014, coordenada por Liliene Cardoso d’Almeida, foram retomados os trabalhos relativos à nucleação. E na atual gestão, 2014-2017, implantou-se a descentralização das ações da comissão de ética no município de Campos dos Goytacazes, com a formação de comissões de instrução que passaram a acompanhar e dar resolutividade aos processos éticos correspondentes às demandas da região de jurisdição da Seccional.

Instrumentos e técnicas em Serviço Social

A sistematização da prática

A perspectiva de produzir conhecimento a partir de uma experiência prática, tomando o próprio trabalho como objeto de reflexão e no sentido de contribuir com o (re)pensar crítico da ação é chamada de sistematização da prática. É a produção de conhecimento que a inserção no processo de trabalho permite produzir. A sistematização surgiu da necessidade de que a formação profissional tratasse efetivamente do trabalho de assistentes sociais, ao mesmo tempo em que valorizasse a dimensão intelectual da sua formação.

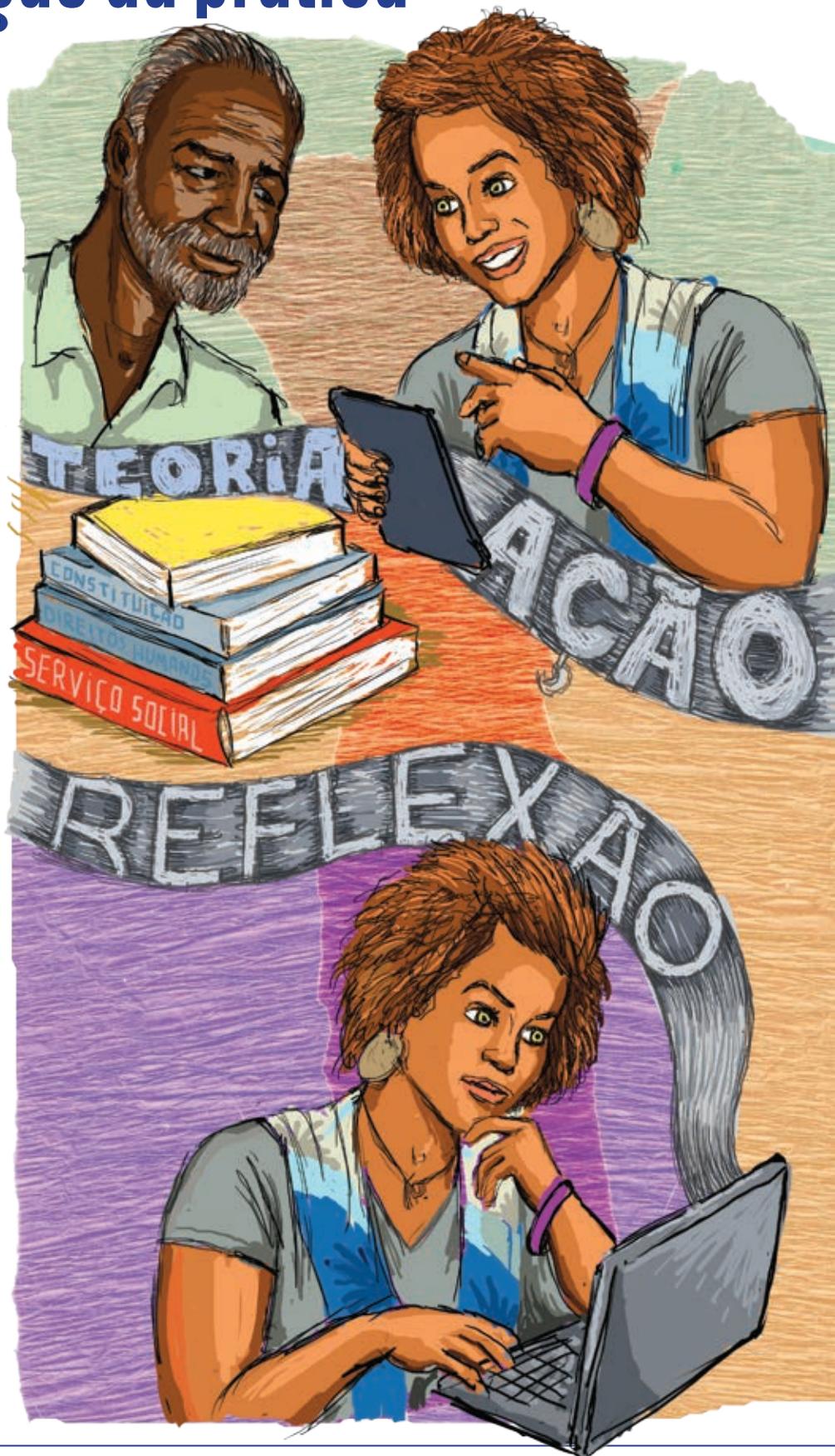
Sendo assim, a assistente social se valeria de toda dimensão teórica para pensar as questões que envolvem seu universo de atuação, de modo a produzir conhecimento a partir do local em que está inserida. Essa ideia de sistematizar o trabalho surge no Serviço Social junto ao processo de reconceitualização e crítica ao pragmatismo.

As discussões em questão valorizam a dimensão investigativa da nossa profissão, buscando conhecer sempre as condições de vida e de trabalho da população e sobre como as políticas sociais estão sendo implementadas. De acordo com Ney Teixeira de Almeida, assistente social e professor da Faculdade de Serviço Social da UERJ, essa dimensão investigativa seria uma forma de produzir conhecimento sobre a realidade social do ponto de vista em que a profissional se insere. "Quanto mais você conhece a realidade, melhor você intervém e tem condições de fornecer respostas mais próximas da realidade de vida da população".

Os obstáculos

O professor também reforça que, às vezes, a literatura não dá conta de determinado assunto ou área de atuação, mas esse conhecimento pode estar sendo produzido por assistentes sociais de outros lugares. "Em tais situações a sistematização da experiência é uma forma de socializar com outros profissionais esse conhecimento produzido".

No entanto, a sistematização é entendida por muitas profissionais somente como o registro. Outro entendimento comum é a sistematização limitada a uma organização, um planejamento, uma manipulação daqueles elementos que estão envolvidos no seu cotidiano. Quanto a isso, o professor Ney reforça: "são dois movimentos





“A questão central é a reflexão teórica sobre o trabalho que foi realizado”

necessários, mas insuficientes, porque a questão central é a reflexão teórica sobre o trabalho que foi realizado”.

Alguns fatores contribuem para a não realização da sistematização. “O assistente social precisa de uma habilidade para atender às requisições e necessidades da população, de maneira a analisar um problema a partir do seu nível social e não apenas individual. A partir da análise ele planeja uma ação e, portanto, esse planejamento já é o primeiro momento do trabalho. Ele deve então elaborar um projeto que oriente o seu trabalho. Em parte ele tem autonomia, em parte ele é demandado. Dessa forma, precisa avaliar a execução do que faz, e precisa sistematizar isso. Esse seria o ‘circuito completo’ do trabalho profissional”.

Ocorre que nossos empregadores não nos solicitam essa análise teórica. O processo de trabalho no qual se inserem assistentes sociais é marcado pela rotina de atividades técnico-burocráticas, a partir da mera implementação de projetos e programas governamentais. “Aí o assistente social não planeja, não avalia e não sistematiza. Então é uma intervenção empobrecida daquilo que tal profissional tem de potencial e que a gente valoriza na formação”. Destaca o professor.

Assessoria para a construção da sistematização

Ney explica que algumas equipes, ao se darem conta dessa intervenção empobrecida, buscam uma assessoria voltada para a

sistematização da prática. “Essa tem sido a principal requisição que me tem sido colocada. Assessoro equipes que têm como objetivo refletir sobre o seu trabalho, ou seja, sistematizar sua experiência profissional”.

Cerca de 160 profissionais, entre psicólogos e assistentes sociais, atuam na área da educação na prefeitura do Rio de Janeiro. Boa parte desses profissionais contam com a assessoria do professor. “Eles trazem para a discussão particularidades da política de educação, formas de enfrentamento. A gente tenta discutir o que eles têm produzido em termos de alternativas de ação profissional que valha a pena sistematizar e socializar com profissionais de outras equipes ou regiões que não conhecem exatamente esse trabalho”.

Quando a equipe não possui domínio do debate teórico, às vezes recomenda-se um curso de extensão. “Se a gente diz que

a sistematização é a reflexão teórica do trabalho, para refletir sobre ele eu preciso de um domínio teórico. Às vezes assistentes sociais saem da graduação sem esse domínio ou aprofundamento na área em que se inseriram profissionalmente”, explica.

Parcela significativa da nossa categoria reconhece que não faz a sistematização como gostaria, que apenas realiza registros e não se debruça sobre eles para pensar e escrever. Alega ainda ser trabalhoso e não haver tempo no horário de trabalho. Se por um lado a sistematização não representa uma exigência institucional, por outro ela se trata de um compromisso ético-político de assistentes sociais com a qualidade dos serviços prestados, com a permanente capacitação profissional, com a busca pela alteração na correlação de forças etc.

A série “Instrumentos e técnicas” chega ao seu final

Durante várias edições do Praxis abordamos temas como: visita domiciliar, entrevista social, projeto de intervenção, laudos e pareceres, trabalho com grupos e, por fim, a sistematização da prática. Sempre com o objetivo de destacar a relação teoria-prática no exercício profissional, permeado por contradições, limites e possibilidades concretas. As edições anteriores do Praxis com essas e outras matérias estão disponíveis em formato digital no nosso site: cressrj.org.br

Outras ações

Dezembro/2015 e Janeiro/2016

1ª Reunião Ampliada do Plano e Operação Verão – Organizada pelo CRESS-RJ, em 07/12, realizada no auditório Hilda Corrêa, com o objetivo de orientar profissionais, articular instituições e criar estratégias políticas de ação, fiscalização e denúncia de violação de direitos de crianças e adolescentes.

2ª Reunião Ampliada do Plano e Operação Verão – Também organizada pelo CRESS-RJ, em 13/1, teve como objetivo dar continuidade às ações iniciadas e socializar informações sobre possíveis violações éticas e de direitos de crianças e adolescentes.

Oficina “Elaboração de laudos, relatórios e pareceres” – Realizada durante o II Seminário dos Trabalhadores do SUAS, no município de São José do Rio Preto, em São Paulo, de 01 a 03/12. Contou com a participação de um representante do CRESS-RJ.

Visita de fiscalização conjunta – Organizada pelo CRESS, CRP, OAB, Mecanismo de Prevenção e Combate à Tortura e CEDCA, em 08/11, realizada nos abrigos Taiguara e Carioca (unidades de recepção de crianças e adolescentes), com o objetivo de entender o fluxo do atendimento, verificar as condições das instalações físicas, orientar e fiscalizar o exercício profissional e identificar possíveis violações de direitos na Operação e Plano Verão.

Ato contra o extermínio da população negra – O CRESS-RJ esteve presente no evento realizado dia 03/12, no Parque Madureira.

Debate “Direitos Humanos e Drogas: legalizar para não criminalizar” – A Frente Estadual de Drogas e Direitos Humanos (FEDDH/RJ) promoveu no dia 04/12 o evento na Faculdade Nacional de Direito / UFRJ. O CRESS esteve presente.

Curso de extensão “Lutas em cena: os oprimidos e explorados como protagonistas” – Com palestra sobre o polêmico Estatuto da Família, o CRESS-RJ foi representado



15ª Conferência Nacional de Saúde – Entre os dias 01 e 04/12, em Brasília. O CRESS-RJ também participou, durante a Conferência, da reunião da Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde.

por um componente da GEDS. O evento aconteceu dia 08/12.

Reunião da área da infância e juventude – Organizada pelo CRESS-RJ, em 28/12, realizada no auditório Hilda Corrêa, com o objetivo de articular a militância da área.

Ato em Defesa da Reforma Psiquiátrica – O pano de fundo do evento foi o retrocesso que representa, para a política de Saúde Mental no Brasil, a nomeação do médico psiquiatra Valencius Wurch Duarte Filho para o cargo de coordenador geral de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas do Ministério da Saúde. O evento foi realizado dia 14/12, em frente à Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ).

A política e a situação de crianças e

adolescentes no Rio de Janeiro – Evento organizado pelo CRESS em parceria com a Defensoria Pública, CEDCA, Fórum Estadual DCA e Comitê e Mecanismo de Prevenção e Combate à Tortura, em 27/1, no auditório do CEDEDICA / Defensoria Pública, com o objetivo de refletir sobre os desafios conjunturais e traçar estratégias coletivas para garantir direitos de crianças e adolescentes.

Ato contra o fim do programa Rio Sem Homofobia – Dia 17/12, no Palácio da Guanabara.

Ato no Hospital Rocha Faria e visita da Comissão de Saúde ao Serviço do Social do Hospital Estadual Rocha Faria – Dia 12/01. Discussão sobre a crise da saúde, a municipalização do hospital e a ameaça de remoção de assistentes sociais. Local: Campo Grande.

Seminário “70 anos da Escola de Serviço Social da UFF: história e resistência”
– O Conselho teve representantes em diversas atividades e oficinas do evento, realizado entre os dias 08 e 10/12.



OUTRAS AÇÕES HISTÓRICAS

O CRESS NO DIA INTERNACIONAL DA MULHER

Conforme o convite feito à categoria no número anterior do jornal, o CRESS participou da comemoração do dia internacional da mulher, 8 de março, que se realizou na Estação Carioca do Metrô.



Jornal do CRESS, nº 3, maio de 1994, pág. 3

1974: XXIª SEMANA DO ASSISTENTE SOCIAL

A Diretoria do CRAS-7ªR, considerando o êxito sem precedentes na realização da programação da XXª Semana do Assistente Social, considerando que os dez (10) Conselhos Regionais (CRAS), no Vº Encontro Nacional CFAS/CRAS, realizado em Brasília, escolheram por unanimidade o mês de JULHO de 1974 e o Rio de Janeiro (GB), por grande maioria, para a realização do Iº CONGRESSO NACIONAL DE ASSISTENTES SOCIAIS, sob o patrocínio do Conselho Federal (CFAS) com a colaboração dos CRAS, e tendo em vista os inúmeros pedidos e sugestões que nos foram apresentados na ocasião e posteriormente, comunica à Classe em geral, dos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, que já está aceitando sugestões e colaborações para a programação de "XXIª SEMANA DO ASSISTENTE SOCIAL" a ser realizada em 1974, no período de 9 a 15 de maio, sob o patrocínio deste CRAS-7ªR.

Desde já, convidamos os Assistentes Sociais, as Entidades de classe e da classe dos AS., os Órgãos e demais Entidades, públicas e particulares, da GB e RJ, para somarmos e unificarmos esforços para realizarmos a XXIª Semana com maiores sucessos para a Classe.

Boletim Informativo do CRAS nº 21, janeiro a agosto de 1973

I Simpósio de Política Social



Promovido pelo CRAS, no período de 22 a 29 de junho, o I Simpósio de Política Social, reuniu profissionais de serviço social e de outras áreas, numa programação que contou com conferências e debates sobre as estratégias das políticas de Promoção Social, Trabalho, Habitação, Saúde, Educação, Justiça, Segurança, Transportes e Obras Públicas.

Participaram das mesas-redondas os secretários estaduais de Trabalho e Habitação, Carlos Alberto de Oliveira, de Saúde, Carlos Eduardo Costa, da Educação, Iara Vargas, de Segurança, Carlos Magno Nazari Cerqueira, de Transportes, José Colagrossi e o sub-secretário de Obras Públicas, Armando Mendes, além das assistentes sociais Maria da Penha Silva Franco, Maria Ignez de Souza Bravo, Maria Helena Cansado e Maria Luiza Schneider. Na foto acima, o Secretário Carlos Alberto de Oliveira na abertura do simpósio.

Ao final da programação, os participantes do Simpósio elaboraram um documento a ser encaminhado ao Governador Leonel Brizola, a partir das conclusões dos temas em discussão.

Nas páginas 4 e 5, tudo sobre o primeiro dia do simpósio. O restante da programação será publicada em nossa próxima edição.

Repensando o serviço social

Nesta edição, a Coluna Aberta traz à reflexão o papel social do profissional de Serviço Social e as lutas da população pela igualdade de oportunidades e acesso aos bens e serviços necessários à subsistência humana com dignidade.

O autor da matéria coloca como desafio o dever do assistente social de repensar suas práticas, estabelecer os limites do seu trabalho e investigar as margens de operação sobre a realidade. Página 7

Prêmio Conselho Regional de Assistentes Sociais

Página 6

Jornal do CRAS, maio/junho de 1983

Rio realiza ato público em defesa da L.O.A.S.

As Comissões Nacional e Estadual em Defesa da Lei Orgânica da Assistência Social (L.O.A.S.) realizaram, no último dia 28, às 15 h, em frente à Câmara Municipal, na Cinelândia, no Rio, ato público em defesa da Assistência Social, que contou com a presença da Deputada Federal Jandira Feghali (PC do B-RJ) e do Vereador carioca Guilherme Haeser (PT), além de representantes de entidades públicas e privadas, associações de moradores, CUT e Força Sindical. Participou do evento também a dona-de-casa gaúcha, Vanida Chemello Favieiro, mãe de um excepcional de 31 anos, que vem engrossando a luta, no que diz respeito ao que a lei prevê como garantia de um salário mínimo às pessoas portadoras de deficiência e aos idosos.

Em Niterói, vêm sendo realizadas reuniões, objetivando a organização e re-

alização de atos públicos em defesa da L.O.A.S. É importante destacar a solicitação da Federação das Associações de Moradores de Niterói (FANIT), que, considerando necessário aprofundar a discussão sobre o tema, organizou uma reunião, no passado dia 8, que contou com a presença de representantes de associações de moradores e de membros da Comissão Estadual em Defesa da L.O.A.S.

O Deputado Federal José Dirceu (PT-SP), os Vereadores Maurício Azêdo (PDT do Rio) e Luís Fernando Castro Santos (1º Secretário da Câmara Municipal de Volta Redonda) e Tânia Soares Castro (Coordenadora do CRIAM) enviaram telegramas de apoio a essa luta.

Vamos descentralizar as discussões sobre a Assistência Social e a necessidade da regulamentação da L.O.A.S.

Jornal do CRAS, n.1, pág. 8, janeiro/fevereiro de 1992

Profissionais do IASSERJ discutem o Novo Código

Assistentes Sociais do IASSERJ realizaram debate sobre o novo Código de Ética, dia 19/02/86 no CETAP. As coordenadoras do evento foram as Assistentes Sociais Olga Fernandes da Silva, Léa Marina Costa Silva e Francisca de Oliveira.

Gostaríamos de ressaltar a importância desse evento como incentivo aos

profissionais, para que estes se mobilizem e formem grupos de discussão sobre o Novo Código de Ética, a fim de se instrumentalizarem e gerarem propostas que apontem para elaboração de um Código comprometido e coerente com a proposta de um trabalho junto às classes populares.

Jornal do CRAS, março de 1986, pág. 6



A organização do Serviço Social

Quando organizada em seus diversos espaços, a classe trabalhadora tem sempre mais chances de alcançar conquistas. E com o Serviço Social não tem sido diferente nestes 80 anos.

Em um esforço de breve resgate da nossa história, o Praxís contará em alguns capítulos essa trajetória de lutas e seus sujeitos coletivos através de matérias especiais ao longo de 2016. Serão cinco matérias, cada uma focando um campo, que serão divididas da seguinte forma:

- a organização sindical da categoria,
- o campo da formação profissional,
- o movimento estudantil,
- a organização internacional do Serviço Social
- e o Conjunto CRESS/CFESS

A série "80 anos e a organização do Serviço Social" mostrará que as transformações que ocorreram no Serviço Social brasileiro têm como marca o protagonismo político das suas entidades representativas e como essas próprias entidades passaram por um radical processo de mudança na sua direção ético-política. Se nas últimas décadas o Serviço Social vem reafirmando o seu compromisso com as lutas mais amplas da classe trabalhadora, tal postura é consequência de uma longa trajetória histórica percorrida num caminho árduo e cheio de desafios. Trajetória essa que tem como sujeito principal a organização coletiva da nossa categoria, em diferentes frentes.



Encontro CFAS CRAS, 1973

Muito avançamos. Entretanto, muito ainda temos que avançar. Nossas diversas entidades são um importante legado político da nossa categoria. Conhecer melhor a sua história, assim como seus processos de transformação, é fundamental para que possamos continuar fortalecendo a sua construção coletiva. O conservadorismo no Serviço Social tem raízes tão profundas no passado da profissão que, atualmente, novos galhos ainda teimam em brotar. Como disse uma certa vez Ernesto Che Guevara: "um povo que não conhece a sua história está condenado a repeti-la". Conhecer a história do Serviço Social é indispensável para nossa categoria podar tais galhos, ao invés de regá-los.

Você sabia?

- Os conselhos de fiscalização profissionais têm origem no Brasil nos anos 50 do século passado. E somente em 1957 (através da Lei 3.252) tivemos a regulamentação da nossa profissão.
- No "Congresso da Virada", em 1979, houve uma significativa mudança dos homenageados, que passaram a ser "todos os trabalhadores que lutaram e morreram pelas liberdades democráticas".
- A ENESSO (Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social) já foi chamada de ENESS, de Secretaria Executiva Nacional e de SESSUNE (Subsecretária de Estudantes de Serviço Social da UNE).
- De acordo com a questionável definição da FITS (Federação Internacional de Trabalhadores Sociais), o Serviço Social é uma profissão baseada na prática e uma disciplina acadêmica que promove a mudança social, o desenvolvimento, a coesão social, o empoderamento e a liberdade das pessoas.

